

para a extensão à península de Macau dos serviços de transporte do metro ligeiro.

O ambiente pedonal tem vindo a ser continuamente otimizado e o troço da passagem aérea junto do Estádio da Taipa entrará em funcionamento simultâneo com o Metro Ligeiro. Impulsionaram-se também os trabalhos de concepção e construção de vários sistemas pedonais.

Foi implementado o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, que visa o aceleração da ampliação do aeroporto. Criou-se uma nova ligação de transporte transfronteiriço de passageiros entre a Taipa e Humen.

## **Aperfeiçoamento das medidas de protecção ambiental e promoção do desenvolvimento ecológico**

Aprofundou-se o ensino sobre a ecologia, promoveu-se o modelo de vida ecológica e reforçou-se a sensibilização ambiental junto dos residentes, com vista a concretizar o desenvolvimento harmonioso entre o Homem e a Natureza.

No âmbito da implementação do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020, foram definidas estratégias de controlo das fontes de poluição sonora e promovido o uso de gás natural e de veículos eléctricos amigos do ambiente, no sentido de controlar, com eficácia, a intensidade das emissões de dióxido de carbono e, ainda, de garantir que os indicadores de PM<sub>2,5</sub> de Macau estejam em conformidade com os parâmetros definidos pela Organização Mundial de Saúde.

Aumentou-se a plantação de árvores para fins de arborização urbana, criaram-se mais espaços verdes e de lazer, reforçou-se a protecção das zonas húmidas do mangal e alargaram-se os espaços arborizados com árvores do mangal ao longo do litoral.

Reforçou-se a promoção da redução de resíduos a partir da fonte. Tendo em conta o impacto negativo do uso de sacos de plástico no ambiente, a lei sobre Restrições ao fornecimento de sacos de plástico entrou em vigor em 2019. Iniciaram-se os preparativos da construção das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares; impulsionaram-se os trabalhos relativos à ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e iniciaram-se as obras de optimização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. A título experimental, teve início o envio de veículos abatidos de Macau para o Interior da China, para tratamento.



**Chefe do Executivo na AL para fazer balanço do actual ano governativo**

## **Depois de Ser Eleito Presidente da AL, Kou Hoi In Assumiu as Novas Funções**



Na 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da VI Legislatura da Assembleia Legislativa (de 16 de Outubro de 2018 a 15 de Outubro de 2019) - foram realizados 52 plenários e 220 reuniões das comissões. Durante esta sessão legislativa foram aprovadas em plenário 25 leis, uma resolução e 19 deliberações simples.

Durante a sessão, o então presidente da Assembleia Legislativa, Ho Iat Seng, declarou, no Plenário de 5 de Julho de 2019, a renúncia ao seu mandato de deputado, por motivo da sua candidatura ao quinto mandato de Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, e, ao mesmo tempo, ao cargo de Presidente da Assembleia Legislativa. Seguidamente, em 17 de Julho de 2019, realizou-se uma reunião específica, durante a qual foi eleito, de entre os deputados, o deputado, Kou Hoi In, como presidente da Assembleia Legislativa. Posteriormente, nos Plenários de 30 de Julho e 7 de Agosto de 2019, a deputada, Chan Hong e o deputado, Ho Ion Sang, foram eleitos 1.<sup>a</sup> secretária e 2.<sup>o</sup> secretário da Mesa da Assembleia Legislativa. No que respeita à vaga de deputado por preencher, foi realizada uma eleição suplementar em 24 de Novembro de 2019. O deputado eleito na eleição suplementar, Wang Sai Man, tomou posse mediante a prestação de juramento em 16 de Dezembro.

## **No exercício da função Legislativa:**

No âmbito da administração pública e justiça, foi aprovada a Lei n.º 14/2018 - Corpo de Polícia de Segurança Pública, que visa aperfeiçoar as normas relativas à natureza, às atribuições e às competências do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), respondendo, assim, às necessidades da segurança interna de Macau. A Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 16/2018

- Actualização dos índices mínimos das pensões de aposentação e de sobrevivência, de modo a demonstrar o carinho para com os trabalhadores com baixos rendimentos e seus dependentes sobreviventes. Foi aprovada a Lei n.º 18/2018 - Alteração ao Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau para clarificar e aperfeiçoar as normas e o regime relativos a estes trabalhadores, respondendo melhor às necessidades dos serviços públicos em termos de funcionamento administrativo e de desenvolvimento da sua gestão. Por outro lado, a Assembleia Legislativa aprovou, a Lei n.º 4/2019 - Alteração à Lei n.º 9/1999 - Lei de Bases da Organização Judiciária, de modo a aperfeiçoar o regime de dupla jurisdição e ajustar os quadros e o regime dos magistrados.

No âmbito do desenvolvimento económico e dos transportes, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 12/2019 - Lei do registo comercial de embarcações, que actualiza e aperfeiçoa o regime jurídico do registo de embarcações, de modo a proteger as actividades marítimas e a garantir a segurança das transacções de embarcações; Entretanto, para desenvolver, de forma proactiva, a indústria financeira com características próprias, foram aprovadas sucessivamente a Lei n.º 6/2019 - Regime jurídico das sociedades de locação financeira e a Lei n.º 7/2019 - Regime do benefício fiscal para a locação financeira, as quais definem exigências menos rigorosas de fiscalização e benefícios fiscais e baixam os requisitos de acesso, reforçando assim a competitividade de Macau no mercado da locação financeira; Foi aprovada a Lei n.º 15/2019 - Lei relativa à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto, que possibilita a articulação com as regras do comércio internacional de diamantes em bruto, promovendo o desenvolvimento económico rumo às indústrias de alto nível e valor acrescentado. Por outro lado, foi aprovada a Lei n.º 18/2019 - Lei do sistema de transporte de metro ligeiro, que estabelece regimes especiais para o sistema de metro ligeiro, por forma a corresponder às necessidades de operação e gestão do sistema.

No âmbito da garantia habitacional e da gestão ambiental, foram aprovadas a Lei n.º 2/2019 - Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios e a Lei n.º 8/2019 - Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana, visando, por um lado, diminuir os custos de reconstrução e atenuar os encargos dos proprietários, incentivando os proprietários dos edifícios antigos que preenchem os requisitos estipulados a proceder à reconstrução, e ajudar, por outro, os proprietários de bens imóveis afectados pela renovação urbana a resolver as suas próprias necessidades de habitação, facultando-lhes, como medida de incentivo para a promoção da renovação urbana, mais uma opção, quando arrendarem ou comprarem uma fracção habitacional. Foi aprovada a Lei n.º 17/2019 - Regime jurídico da habitação social, que optimiza o regime de atribuição e arrendamento da habitação social, permitindo uma distribuição mais razoável e eficaz dos recursos sociais; Por outro lado, foram aprovadas a Lei n.º 9/2019 - Alteração à Lei n.º 8/2014 - Prevenção e controlo do ruído ambiental e a Lei n.º 16/2019 - Restrições ao fornecimento de sacos de plástico, visando, a primeira, aligeirar adequadamente as restrições à produção de ruído nos espaços públicos, consoante as necessidades do desenvolvimento da cidade, e tendo por objectivo, a segunda, reduzir, pela via financeira, o uso abusivo de sacos de plástico.

No âmbito da regulamentação sectorial e no âmbito do jogo responsável, foi aprovada

a Lei n.º 3/2019 - Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer, que regulamenta a actividade de transporte de passageiros em táxis, com vista a salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos passageiros e dos trabalhadores do sector; foi aprovada a Lei n.º 5/2019 - Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais, que regula o regime de credenciação e de inscrição para o exercício de funções de assistente social, e respectivo regime disciplinar, a fim de reforçar o reconhecimento e a aceitação dos assistentes sociais por parte da população; além disso, foi aprovada a Lei n.º 17/2018 - Alteração à Lei n.º 10/2012 - Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos, que proíbe a entrada nas salas de jogo e a prática de jogo pelos trabalhadores dos casinos depois do horário laboral, a fim de reduzir o impacto negativo que o desenvolvimento do sector do jogo tem sobre os trabalhadores.

Nos domínios laboral e da segurança social, tendo em consideração o desenvolvimento económico de Macau, foi aprovada a Lei n.º 11/2019 - Alteração à Lei n.º 7/2015 - Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial, para actualizar o salário mínimo dos referidos trabalhadores; ao mesmo tempo, com vista a assegurar o funcionamento sustentável do regime de segurança social, foi aprovada a Lei n.º 14/2019 - Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social, a fim de criar um mecanismo de dotação regular de verbas a favor do Fundo de Segurança Social.

No domínio de segurança cibernética, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 13/2019 - Lei da cibersegurança, que visa constituir, um mecanismo de protecção para legalizar os trabalhos de cibersegurança, prevenir e reduzir os eventuais impactos na sociedade resultantes de ataques cibernéticos.

No que diz respeito à concretização da Lei Básica, é necessário ajustar a distribuição dos assentos do 4.º sector da Comissão Eleitoral, assim, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 13/2018 - Alteração à Lei n.º 3/2004 - Lei eleitoral para o Chefe do Executivo, que integrou representantes do órgão municipal na composição da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo e fez os respectivos ajustes sobre a distribuição dos assentos do 4.º sector da Comissão Eleitoral; ao mesmo tempo, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 1/2019 - Alteração à Lei n.º 5/1999 - Utilização e protecção da bandeira, emblema e hino nacionais, assegurando a aplicação efectiva das respectivas leis nacionais na RAEM.

Finalmente, quanto ao cumprimento das obrigações internacionais, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 15/2018 - Revogação do regime jurídico do exercício da actividade «offshore» e a Lei n.º 10/2019 - Alteração à Lei n.º 17/2009 - Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, respectivamente, prevendo a primeira a cessação da concessão de autorização para o exercício da actividade offshore, e a eliminação dos vários benefícios fiscais de que as instituições offshore podem beneficiar, por forma a promover o aperfeiçoamento da transparência fiscal e da justiça tributária; tendo a segunda aditado 21 substâncias sujeitas a controlo, a fim de se harmonizar com o ritmo de combate à droga da sociedade internacional. As leis acima aludidas são todas da iniciativa do Governo.

## No cumprimento da função fiscalizadora:

A Assembleia Legislativa no exercício das suas funções de fiscalização orçamental e de finanças públicas, conforme competências conferidas na Lei Básica, aprovou a Lei n.º19/2018 (Lei do Orçamento de 2019) e apreciou o Relatório sobre a Execução do Orçamento do Ano de 2017 e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2017, apresentado pelo Governo e, tendo ouvido e debatido, ainda, o Relatório das Linhas de Acção Governativa de 2019 apresentado pelo Chefe do Executivo. A par disso, no decurso do período normal de funcionamento, os deputados apresentaram 673 interpelações escritas e 87 orais, e foram realizadas dez sessões plenárias destinadas a estas últimas. No decurso das sessões plenárias e no período de antes da ordem do dia, os deputados apresentaram um total de 296 intervenções sobre assuntos relativos à política habitacional, transportes públicos, cuidados médicos e saúde, economia, cultura, ciência e tecnologia, educação, administração pública, segurança social entre outros. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam todas as matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando 13 relatórios e devidos pareceres. Além disso, com vista a conhecer melhor a acção governativa, durante a sessão legislativa, os deputados à Assembleia Legislativa efectuaram visitas ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau em Hengqin e ao Centro de Controlo de Operação do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, para que os trabalhos de fiscalização correspondam à realidade, conduzindo a uma maior eficácia.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a Assembleia Legislativa continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 30 residentes sido atendidos presencialmente e 116 residente apresentaram à Assembleia Legislativa as suas opiniões e propostas por via telefónica e correio electrónico, entre outras. Para além disso, houve ainda residentes e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, 12 petições, que foram alvo do devido seguimento, consoante os termos concretos de cada caso.

## O CCAC Atribui Igual Importância ao Combate à Corrupção e à sua Prevenção e o CA Actualizou e Modificou o Programa Informático de Auditoria